



# ORÇAMENTO 2011

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efectuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e o Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação. O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando reflectidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2011, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direcção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia



Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos de 2009 e 2010. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2011.

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços, sendo que as transferências correntes, de capital e vendas de bens de investimento foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central, de verbas obtidas através de fundos comunitários e de previsões de venda de loteamentos e de património do Município.

Relativamente às despesas, as correntes foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2011 (tendo por base as despesas de 2010), acrescidas dos montantes ainda em dívida em 2010. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2011. As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais de encargos fornecidos pelas instituições bancárias. As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projectos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2011 e nos anos seguintes, acrescidas do valor da dívida ainda existente, podendo estas rubricas ser verificadas nas Grandes Opções do Plano. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios).



De uma forma global e comparativamente ao orçamento de 2010, existe um aumento de 906.942€. Em termos de despesas correntes constata-se uma diminuição de 1.548.955€, e nas despesas de capital verifica-se um aumento de 2.455.897€. Este aumento poderá-se justificar pela inclusão no orçamento de 2011 de obras inadiáveis e de elevado valor, onde se destacam as seguintes:

- Centro escolar de Celorico da Beira (1.255.000€)
- Centro Escolar da Lajeosa do Mondego (805.600€)
- Habitação Social no Bairro de Sangta Luzia (1.304.000€)
- Parque Industrial da A25 (692.400€)

O somatório do valor previsto para 2011 para estes projectos é de 4.057.000€. É de salientar ainda o montante de 1.223.928€ relativo à dívida de capital da Variante de Celorico da Beira, e os respectivos juros no montante aproximado de 200.000€, cujos pagamentos deverão ser efectuados em 2011 e como tal têm que estar reflectidos orçamentalmente.

Mais se informa ainda que tendo em conta a situação financeira precária do Município, em 2011 poderá ser decretada a situação de desequilíbrio financeiro conjuntural ou estrutural, nos termos da Lei das Finanças Locais e do Decreto-Lei 38/2008 de 7 de Março, cujos planos deverão incluir todos os projectos adjudicados à data, pelo que também se optou por incluir alguns projectos nas Grandes Opções do Plano para 2011, que estariam previstos ocorrer em anos posteriores.